

Eleições do Sindjus-DF: Assembleia-Geral elege Chapa 1 - Unidade e Respeito para coordenar processo eleitoral 2021



Com mais do que o dobro de votos da outra concorrente, a Chapa 1 – “Unidade e Respeito” – foi eleita, nesta sexta-feira (12/3), para presidir a Comissão Eleitoral que irá conduzir as Eleições do Sindjus-DF 2021



Eleição da Comissão Eleitoral que coordenará as Eleições 2021 da Diretoria Colegiada e do Conselho Fiscal do SINDJUS-DF triênio 2021/2024

Chapa 1 - Unidade e Respeito - Responsável Janedir Lopes Morata	346
Chapa 2 - Participa SINDJUS - Responsável Paulo Henrique Trindade de Carvalho	152
Abstensão	3
Total Votos	501
Quórum	554

Participantes:

- CA CLEBER ANT...
- CD CLEDO DE OL...
- C Cristiane Lacerda
- CD CRISTIANE DE...
- CD CRISTIANO DE...
- CB CRISTINE BAR...
- CD CYNTHIA DE L...

BATE-PAPO

ADRIANA GUIMARAES
Competente Jane...
lisura na eleição

JAMIL JANUÁRIO*
PESSOAL DA CE, A...
GARANTIR O VOTO...
FORA DE BSB

SILVIA A. COLETO DE ASS...
O BEM SEMPRE VE...

MONTGOMERY WELLING
parabéns chapa 1!!!

WALDEMAR ASSAÇÃO OLIVEIRA
parabéns chapa 1!!!

Na tarde desta sexta-feira (12/03), foi realizada, em ambiente virtual, assembleia-geral extraordinária para escolha da comissão eleitoral responsável pelas Eleições 2021 do Sindjus-DF (triênio 2021-2024).

Foram inscritas duas chapas, compostas por três titulares e três suplentes, entre servidores do Poder Judiciário e do MPU no DF, filiados ao Sindjus-DF e em dia com as obrigações estatutárias.

Unidade e Respeito (Chapa 1) e Participa Sindjus (Chapa 2).

Após a segunda-chamada da assembleia-geral, às 14h30, o coordenador-geral do Sindjus-DF Costa Neto, que compôs a mesa da assembleia, também formada pelo coordenador-jurídico Cledo Vieira e pela advogada Thailine Lustosa, do escritório de Advocacia do Sindicato, deu início aos trabalhos, esclarecendo sobre a legitimidade e legalidade da assembleia, informando as regras e que foram registradas 715 inscrições aptas a participar da assembleia.

Cumprido o rito da assembleia, conforme estabelecido em edital amplamente divulgado, representantes das chapas tiveram cinco minutos para fazer a sua defesa. Janedir Morata foi

a responsável por fazer a defesa da Chapa 1. A defesa da Chapa 2 foi feita por Júnior Alves.

Cumprido esse processo, foi realizada a votação por dez minutos, após todas as explicações técnicas necessárias sobre os procedimentos.

Em seguida, aconteceu a apuração dos votos e a declaração do resultado:

Chapa 1: 346 votos

Chapa 2: 152 votos

Abstensão: 3 votos

Total de votos: 501

Após a proclamação do resultado, houve pronunciamento de Janedir Lopes, representando a Chapa 1:

“Cada um de nós vai trabalhar bastante, com toda honestidade, para coordenarmos essas eleições com a maior serenidade e segurança possível. Quero falar às chapas que se inscreverem para que façam isso com espírito de paz, promovendo uma campanha sem ficar ofendendo, xingando uns aos outros. Temos muito trabalho pela frente”, afirmou Janedir Morata.

“Quero agradecer a todos os que participaram e dizer que o Sindjus-DF é o maior Sindicato do País da nossa categoria. Há três anos éramos cerca de 9 mil filiados e hoje chegamos a quase 12 mil. Devemos cada vez mais enaltecer, engrandecer e fortalecer nosso Sindicato. Quanto mais colegas estiverem participando, mais força temos para desenvolver as lutas da categoria. Quero parabenizar as duas chapas, os colegas que agiram com zelo e respeito uns para com os outros, e dizer que devemos trilhar um caminho de respeito mútuo”, afirmou Costa Neto, que declarou empossados os colegas da Chapa 1 – Unidade e Respeito, composta por:

Titulares

Janedir Lopes Morata;
Paschoal Rosseti Neto;
Lindomar Oliveira da Costa

Suplentes

Osmaldo de Souza Ferreira;
José Luiz Neto;
Eronildes Ribeiro da Silva

A secretaria da comissão eleitoral funcionará num espaço reservado no Hotel San Marco.

Antes de encerrar, Costa Neto fez uma fala contundente sobre o comportamento deplorável de alguns participantes da assembleia no chat, que repetem práticas da antiga política sindical:

“As pessoas aqui deveriam ter mais responsabilidade, pois são servidores do Poder Judiciário e do MPU. Porém, infelizmente devemos continuar convivendo com essa postura inadequada, com esses comportamentos lamentáveis. Pessoas que tentam manchar a imagem do nosso sindicato, daqueles que o defendem. Ao invés de fortalecer, tentam sabotar a nossa entidade, inclusive, com ações judiciais. Precisamos repugnar esses atos, essas pessoas não mereciam sequer estarem no PJU e MPU, pois deveriam ter respeito com seus cargos, com sua entidade, respeito com o próximo. Nós vamos continuar nosso trabalho sério, que tem comprovado pelo cenário nacional e pelo crescimento de filiados durante essa gestão o respeito que o Sindjus-DF tem hoje. Retiramos o Sindjus-DF da lama em 2015, que estava falido pelos partidos políticos e CUT, e tornamos o Sindjus-DF o grande sindicato que é hoje. Que essas pessoas revejam seus posicionamentos e passem a colaborar e não trabalhar contra a nossa categoria”.

A assembleia foi encerrada às 15h56.



Depois de muita luta do Sindjus-DF e outras entidades, suspensão temporária do pagamento de consignados é aprovada no Congresso Nacional e vai à sanção

Tivemos nesta quinta-feira (11/03) o acolhimento de uma importante demanda dos colegas servidores ativos e inativos, com a aprovação pelo Plenário da Senado da suspensão por 120 dias, em razão do estado de calamidade pública gerado pela pandemia, dos pagamentos das operações de créditos consignados para servidores ativos e aposentados.

Esse tema entrou na MP 1006/2020 por meio do substitutivo do deputado Capitão Alberto Neto (Republicanos-AM) durante o processo de votação da matéria na Câmara dos Deputados no dia de ontem (10/3). A princípio, a medida provisória só tratava do aumento de 35% para 40% o limite da margem de crédito consignado para aposentados e pensionistas do INSS com base no valor do benefício, sendo 35% são para empréstimos consignados e 5% para o cartão de crédito, que também foi aprovado.

O texto aprovado pelos deputados e senadores incluiu a possibilidade de suspensão por 120 dias da cobrança do crédito consignado, com a manutenção dos juros contratados, por parte de servidores e empregados públicos, públicos e privados, ativos e inativos, bem como pensionistas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios.

Luta intensa

Importante ressaltar que a suspensão temporária dos pagamentos de consignados, que tem como objetivo aliviar financeiramente o orçamento familiar dos servidores durante esse período de pandemia, motivou uma luta intensa do Sindjus-DF, que conseguiu encaminhar para aprovação em junho do ano passado de forma heroica uma emenda no Senado ao PL 1328/2019 (que diz respeito a esse assunto) contemplando também os servidores ativos, além dos aposentados, e estava pressionando os parlamentares pela aprovação deste projeto na Câmara.

Durante a votação da MP 1006/2020 no Senado, o PL 1328/2020, que ao chegar na Câmara não teve o apoio do então presidente Rodrigo Maia (DEM-RJ), foi mencionado

por vários senadores e, até mesmo, pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, que disse já ter enviado mensagem ao presidente da Câmara, Arthur Lira, sobre a matéria.

“Sem dúvida, nossas pressões tiveram resultado e o Congresso Nacional finalmente se rendeu à realidade dos servidores, que estão com seus orçamentos comprometidos e salários defasados. Temos enfrentado muitas iniciativas para tirar direitos do funcionalismo e muita falta de vontade política para valorizar os que dedicam suas vidas ao serviço público brasileiro, fazendo a diferença na vida diária de milhões de pessoas. Batalhamos muito por essa suspensão temporária do pagamento dos consignado porque sabemos o que o servidor passa, sem dúvida uma situação bem diferente daquela vivida pelos verdadeiros privilegiados deste País”, afirmou Costa Neto, coordenador-geral do Sindjus-DF.

A MP 1006/2020 segue agora à sanção presidencial. A Diretoria do Sindjus-DF continuará acompanhando e trabalhando junto com sua assessoria parlamentar até a suspensão temporária do pagamento dos consignados se tornar uma realidade, garantindo alívio aos servidores, que tiveram por diversos motivos suas despesas aumentadas durante a pandemia (inflação, perda de renda e empregos de familiares e parentes, custos extras com teletrabalho e isolamento social). Trata-se de mais uma conquista com a participação do Sindjus-DF, a partir de muita luta e estratégia, voltada à categoria.

Sindjus-DF alerta Deputados Federais do DF sobre os prejuízos da PEC 186 para a sociedade e os estragos na economia local

Durante encontro virtual com toda a bancada do DF, realizado na manhã desta terça-feira (09/03), para tratar da PEC 186/2019, Costa Neto, coordenador-geral do Sindjus-DF, destacou alguns pontos de atenção. "O DF, por abrigar um grande número de servidores, vai sofrer mais do que qualquer outra unidade da federação. O prejuízo será enorme", disse em tom de preocupação.

Embora os ataques sejam direcionados ao serviço público e aos servidores, Costa Neto entende que quem sofre é a população, e em maior escala as pessoas mais vulneráveis. "A PEC 186 vai diminuir o poder de compra das famílias e o dinheiro que circula no comércio local. As empresas, em especial as pequenas, vão fechar as portas de vez e o número de desempregados subir ainda mais. A tal granada que o Governo quer colocar no bolso dos servidores vai explodir, como sempre, é no colo dos mais pobres", alerta.

Durante sua fala no encontro, Costa Neto ainda pediu aos deputados e deputadas presentes que atuassem com mais proatividade, energia e força na defesa dos servidores e serviços públicos. "Precisamos proteger o SUS, o ensino universal gratuito, o Bolsa Família e tantas outras conquistas sociais. Coloquei a nossa estrutura à disposição da bancada para avançarmos mais e mais nesse sentido, na defesa dos serviços públicos, da sociedade e da população brasileira.", disse o coordenador-geral do Sindjus-DF.

O encontro foi uma iniciativa do Movimento BASTA! para expandir o diálogo sobre a PEC 186, também conhecida como PEC Emergencial e apresentar propostas que atendam aos servidores e à sociedade. Estiveram presentes no encontro os deputados federais professor Israel Batista (PV), Júlio Cesar Ribeiro (Republicanos), Paula Belmonte (Cidadania), Erika Kokay (PT), Flávia Arruda (PR), Celina Leão (PP) e Bia Kicis (Patri).

Na visão do deputado professor Israel, o objetivo da PEC Emergencial é colocar o ônus do auxílio emergencial na 'conta' dos servidores públicos. Para Batista, antes de mais nada, o governo precisa discutir e aprovar a Reforma Tributária.

"A Reforma Administrativa e a PEC Emergencial, do jeito que elas estão sendo conduzidas, prejudicam os servidores e a sociedade. Nós precisamos discutir a mãe de todas as reformas, que deverá ser feita antes de qualquer outra, que é a Reforma Tributária", pontuou o deputado.

De acordo com a deputada Erika Kokay, a PEC Emergencial foi analisada pela bancada do PT e o grupo chegou a um acordo de obstruir a proposta. "A população não quer a PEC Emergencial. A população quer o auxílio emergencial", avaliou a parlamentar.

A deputada Celina Leão se comprometeu a solicitar uma análise dos impactos da PEC para o Distrito Federal e para os servidores públicos. A parlamentar ressaltou, todavia, que a vinculação do Auxílio Emergencial à proposta pode dificultar a rejeição da matéria.

A previsão é que o Sindjus-DF, o Sindilegis e os demais integrantes do Movimento BASTA! realizem outros encontros com parlamentares para apresentação de estudos e propostas alternativas à PEC 186/2019. Acompanhe!



ELEIÇÕES

2021

SINDJUS

triênio 2021/2024

clique para saber mais

Sindjus-DF convoca Eleição para o triênio 2021-2024

Foi publicado, nesta terça-feira (9/3), em jornal de grande circulação, o Edital de Convocação de Eleição para escolha dos membros da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal do Sindjus-DF para o triênio 2021/2024.

O pleito acontecerá nos dias 22 e 23 de abril, na Sede do Sindjus-DF, nos locais de trabalho dos filiados e/ou em sistema drive-thru nos locais que a Comissão Eleitoral designar, com urnas eletrônicas e/ou de lonas, fixas e/ou itinerantes e/ou em sistema 'drive thru'.

A partir do dia 17 de março terá início o registro de inscrição das chapas, que deverá ser efetuado junto à Secretaria da Comissão Eleitoral – localizada no Hotel San Marco, somente em dias úteis. O prazo final para as inscrições vai até o dia 22 de março.

As chapas interessadas em concorrer ao pleito poderão adquirir o requerimento de registro no site do Sindicato nos próximos dias.

O Edital das eleições pode ser conferido

SINDJUS

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO DAS ELEIÇÕES DO
SINDJUS-DF - TRIÊNIO 2021/2024.**

Pelo presente Edital o Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário e do Ministério Público da União no Distrito Federal - SINDJUS/DF, por meio de sua Diretoria Colegiada, atendendo ao disposto no artigo 54, do seu Estatuto Social, faz saber que, na Sede da Entidade, localizada no SDS, Venâncio V, Salas 103/114, Brasília-DF, nos locais de trabalho dos seus filiados e/ou em sistema drive-thru nos locais que a Comissão Eleitoral designar, nos dias **22 e 23 de abril de 2021, entre 09 e 18 horas - realizar-se-ão as Eleições** para escolha da Diretoria Colegiada e do Conselho Fiscal, com urnas eletrônicas e/ou de lonas, fixas e/ou itinerantes e/ou em sistema drive thru.

1) O registro de **inscrição das chapas** que concorrerão ao pleito de 2021, nos termos do art. 56, §§ 1º e 2º, será efetuado junto à Secretaria da Comissão Eleitoral, localizada no Hotel San Marco, SHS Q. 05 Bloco C - Setor Hoteleiro Sul - Asa Sul, Brasília - DF, CEP: 70.322-914, **iniciando-se no dia 17/03/2021 e encerrando-se no dia 22/03/2021, somente em dias úteis, das 9 às 18h.**

2) A Secretaria da Comissão Eleitoral, Triênio 2021/2024, funcionará nos **dias úteis, das 09h às 12h e das 13h às 18h**, conforme art. 56, § 2º;

3) O **requerimento de registro de chapas**, na forma do art. 56, §§ 3º e 4º, acompanhado do documento exigido na alínea "a", do § 3º, do mesmo artigo, será protocolizado junto à Comissão Eleitoral, cujos formulários estarão disponíveis no site do SINDJUS/DF;

4) A impugnação de candidaturas, conforme artigo 65, deverá ser feita **no prazo de 05 (cinco) dias úteis**, a contar da **publicação** da relação nominal **das chapas registradas**;

5) Em caso de empate entre as chapas mais votadas, realizar-se-ão novas eleições, no prazo de 15 (quinze) dias, apenas entre as duas chapas mais votadas.

Brasília-DF, 08 de março de 2021.
Diretoria Colegiada do SINDJUS-DF.



Sindjus-DF convoca categoria para Twittaço de hoje com a TAG #ServicoPúblicoeAuxílioSIM

Nesta segunda-feira (8/3), logo mais às 19h, teremos mais um enfrentamento virtual contra a Reforma Administrativa. O Sindjus-DF convoca toda a categoria para participar do Twittaço de hoje com a TAG #ServicoPúblicoeAuxílioSIM.

Esses Twittaços promovidos pela Frente Parlamentar Mista do Serviço Público, da qual o Sindjus-DF faz parte ativamente, têm contribuído para conscientizar a população sobre esse tema, bem como para pressionar os parlamentares.

Mais uma vez contamos com o seu apoio nesta empreitada, pois em tempos de pandemia a rede social se tornou um grande palco para as nossas batalhas.

Vamos chamar a atenção da sociedade e mostrar ao Congresso Nacional e ao governo que os servidores estão unidos.

Atenção:

Use somente a tag # informada como estiver escrita.

Escreva frases diferentes antes ou depois da TAG para Twitter;

Retweet, curtidas e comentários também são válidos.

Convide o máximo de pessoas que puder. Publique em suas redes sociais.

Ato Normativo do CNJ estabelece padronização da Identidade Visual para Polícia Judicial

Foi aprovado, durante a 81ª Sessão Virtual do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ato normativo que estabelece nova identidade visual para os Inspectores e Agentes da Polícia do Poder Judiciário. A padronização da identidade visual é um conjunto de símbolos e elementos gráficos utilizados para identificar a Polícia Judicial e representar seus valores.

A nova identidade visual contempla desde os uniformes, até acessórios de identificação, como carteira policial e a lapela. A adesão da nova identidade visual visa facilitar o reconhecimento dos agentes perante os servidores e à sociedade, além de valorizar a categoria.

“Em síntese, padronizar os elementos e símbolos que promovem uniformidade no reconhecimento dos servidores com atribuições de policiamento e segurança no âmbito do Poder Judiciário, assim como fortalecer a identidade institucional da categoria com o estabelecimento de padrões de identidade visual para os uniformes, acessórios, distintivos e equipamentos de proteção a serem utilizados”, afirmou o conselheiro Mário Guerreiro, relator do processo junto ao CNJ.

A minuta da resolução também define quatro tipos de uniformes para os Inspectores e Agentes da Polícia Judicial. São eles: traje social para as atividades na área administrativa e segurança de autoridades; operacional quando no desempenho da função interna e externa; para instrutor de uso exclusivo em ações de capacitação relacionadas à segurança institucional e de educação física para os testes de condicionamento físico referentes à manutenção da GAS.

“Comemoramos mais esse avanço para a Polícia Judicial, pois sabemos da importância de se manter uma padronização perante a sociedade, além de reduzir custos, já que os uniformes e os documentos de todos os tribunais seguirão o mesmo padrão”, pontuou o Coordenador Jurídico do Sindjus-DF e Presidente da Agepoljus, Roniel Andrade.



Relembre

No último dia 24 de fevereiro, o coordenador-geral do Sindjus-DF, Costa Neto, e o coordenador Jurídico do Sindjus-DF e presidente da Agepoljus, Roniel Andrade, estiveram com o relator do processo para tratar da padronização.

Outra demanda que permanece sendo acompanhada pelo Sindicato é a ampliação do porte de armas para os Agentes da Polícia Judicial.





**“Somos mulheres,
somos muitas, somos
únicas. Somos uma
só voz bradando por
respeito, igualdade
e justiça”.**

**8 de Março
Dia Internacional da Mulher**

SINDJUS^{DF}

Homenagem do Sindjus-DF ao Dia da Mulher

Somos mulheres, somos plurais e, ao mesmo tempo, somos únicas. Temos muitos rostos, gostos, caminhos, e todas nós cultivamos uma beleza ímpar. Somos de muitas cores, origens, crenças, mas todas nós exigimos respeito. Nosso gênero ou nossa orientação sexual não justifica preconceito, discriminação, violência.

Não somos cópias, de modo que não precisamos estar sujeitas a um padrão ou cartilha. Não existe mulher ideal, pois todas somos perfeitas à nossa maneira. Nascermos para ser livres como todo ser-humano. Temos o direito de nascermos de viver a nossa natureza feminina. Temos nossos ciclos, nossas fases, como a lua, e está tudo bem, pois a vida é cíclica.

É mito que somos frágeis, a verdade é que não nos reduzimos à força-física. Só quem é mulher vai entender essa força que vem não sei de onde e nos mantém de pé, nos faz ir adiante, nos diz que é possível. Não existe lugar que não podemos ocupar. Podemos ser ministras da Suprema Corte,

rainhas e presidentes da República, parlamentares, diretoras-gerais, servidoras, policiais, sindicalistas, astronautas.

Podemos ser o que quisermos, dependendo da nossa escolha. É isso, mulher também tem o direito a escolher e fazer o seu destino. Não nascemos para ser subjugadas, abusadas, condenadas a uma posição inferior. Não queremos o papel de vítima. Somos lutadoras, batalhadoras, guerreiras do dia a dia. Fazemos acontecer mesmo sob as realidades mais adversas. Nossa luta é por isonomia salarial e por igualdade de condições.

Não queremos favores ou privilégios, queremos justiça. Honramos nosso passado, todas aquelas que sonharam, lutaram e até morreram para que pudessemos estar onde estamos hoje, mas para haver um futuro decente para todas nós, havemos de semear e cultivar agora mesmo uma sociedade livre de feminicídios, assédios e outras formas de violência, que não negue os nossos direitos, tampouco nos exclua.

Somos muitas, somos diferentes, somos cada uma a nossa própria história, e, ao mesmo tempo, somos uma só voz bradando por respeito, igualdade e justiça.

A todas as mulheres do mundo, do Brasil e, em especial, da nossa categoria, nossos aplausos!

8 de Março

Dia Internacional
da Mulher

**Somos mulheres,
somos plurais e,
ao mesmo tempo,
somos únicas.**

sindjusdf.org.br

SINDJUS^{DF}

8 de Março

Dia Internacional
da Mulher

**Não queremos
favores ou
privilégios,
queremos justiça.**

sindjusdf.org.br

SINDJUS^{DF}

8 de Março

Dia Internacional
da Mulher

**Somos de muitas
cores, origens,
crenças, mas todas
nós exigimos
respeito.**

sindjusdf.org.br

SINDJUS^{DF}

8 de Março

Dia Internacional
da Mulher

**Não existe mulher
ideal, pois todas
somos perfeitas à
nossa maneira.**

sindjusdf.org.br

SINDJUS^{DF}

8 de Março

Dia Internacional
da Mulher

**Não nascemos para
ser subjugadas,
abusadas,
condenadas a uma
posição inferior.**

sindjusdf.org.br

SINDJUS^{DF}

8 de Março

Dia Internacional
da Mulher

**Somos lutadoras,
batalhadoras,
guerreiras do
dia a dia.**

sindjusdf.org.br

SINDJUS^{DF}